

# Apontamentos de Ciência Política no Brasil: teorizações e praticidades

**CLÁUDIO CÉSAR DE ANDRADE**

Caros alunos,

Esse ebook é um pdf interativo. Para conseguir acessar todos os seus recursos, é recomendada a utilização do programa Adobe Reader 11.

Caso não tenha o programa instalado em seu computador, segue o link para download:

<http://get.adobe.com/br/reader/>

Para conseguir acessar os outros materiais como vídeos e sites, é necessário também a conexão com a internet.

O menu interativo leva-os aos diversos capítulos desse ebook, enquanto as setas laterais podem lhe redirecionar ao índice ou às páginas anteriores e posteriores.

Nesse *pdf*, o professor da disciplina, através de textos próprios ou de outros autores, tece comentários, disponibiliza links, vídeos e outros materiais que complementarão o seu estudo.

Para acessar esse material e utilizar o arquivo de maneira completa, explore seus elementos, clicando em botões como flechas, linhas, caixas de texto, círculos, palavras em destaque e descubra, através dessa interação, que o conhecimento está disponível nas mais diversas ferramentas.

Boa leitura!

# SUMÁRIO

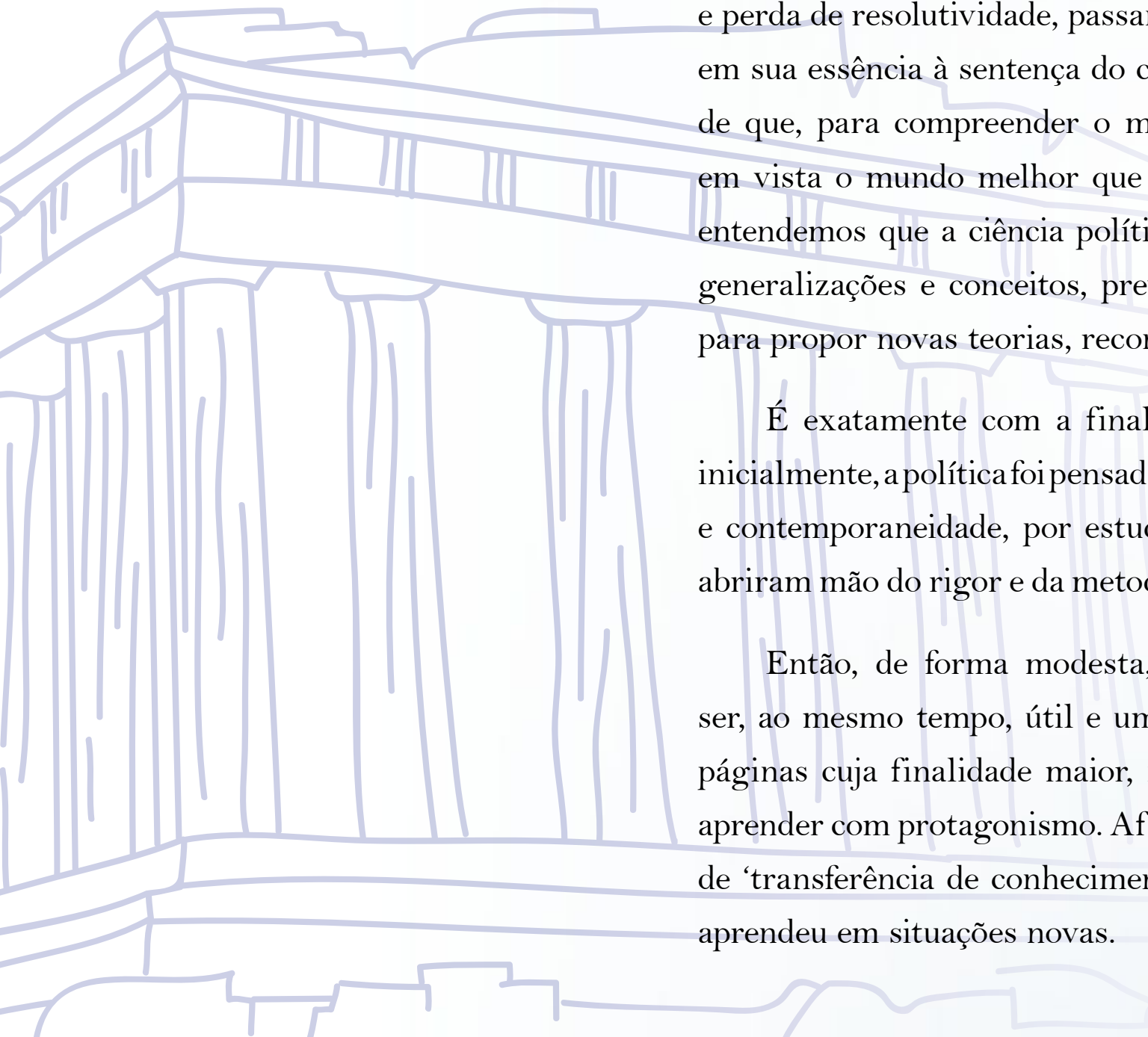
# Introdução

## Um convite ao estudo de Ciência Política

Costumo afirmar que sem uma educação verdadeira não há redes que sejam realmente sociais. Analogamente, sem esclarecimento, não há tecnologia que dê sentido às coisas humanas, seja individualmente ou coletivamente. O material aqui apresentado pretende ser uma ferramenta pedagógica para profissionais afins à tecnologia em gestão pública que tem como finalidade maior qualificar a formação ético-humanista para o exercício da cidadania, investindo assim, na realidade social, política e econômica de forma propositiva e, por consequência, contribuindo para o aperfeiçoamento das inúmeras atividades desempenhadas pelo Estado Brasileiro em todas as dimensões, sejam elas em âmbito federal, estadual ou municipal.

Mesmo com tamanha pretensão, sabe-se que a educação, muito mais que arsenal teórico é, de fato, transformação e que sua densidade e aderência dependem da percepção e juízo de pessoas que estão presencialmente enraizadas neste mundo, nesta estrutura planetária.

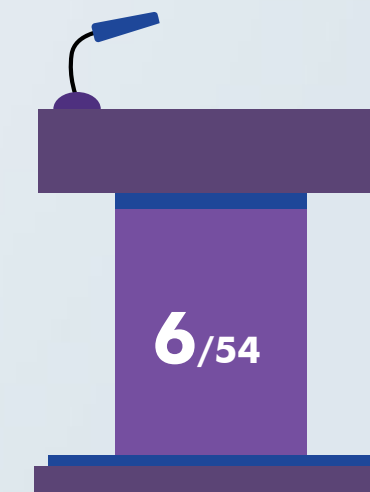
Assim, escrever um texto de ciência política em um ambiente que tem celebrado a criminalização da política não é tarefa simples. Todavia, usando metodologicamente elementos da teoria crítica, assumimos aqui a condição de que precisamos conhecer concretamente a estrutura sistêmica vigente e determinante de nossas ações e escolhas para, de forma racional e efetiva, propor ajustes e soluções que considerem a natureza humana e seu instinto de sobrevivência em tempos sombrios em que o poder econômico e seu instrumento denominado 'sistema financeiro mundial' têm pautado o destino de nossa civilização.

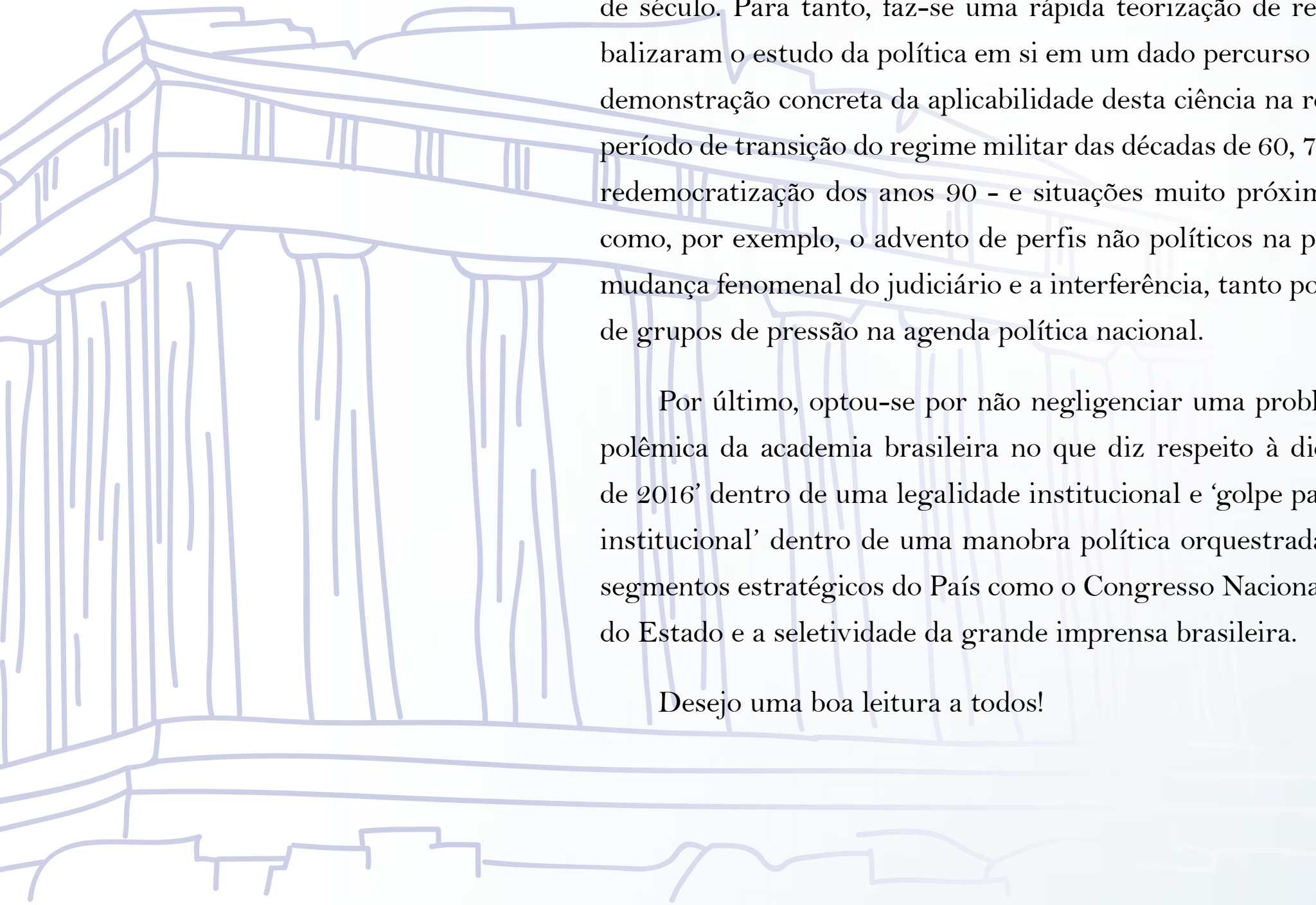


Como escrevi em um pequeno artigo intitulado ‘A revitalização do conceito de profanação em Giorgio Agamben como estratégia para uma nova ação política’, publicado na revista ANPOF, reinterpreto aqui: desorientada e desfocada de perspectiva, a política, em seu modelo tradicional, evidencia sinais de esgotamento e perda de resolutividade, passando a cumprir um papel coadjuvante, subordinada em sua essência à sentença do capital internacional. Nesse sentido, advogo a tese de que, para compreender o mundo tal qual se apresenta hoje, precisamos ter em vista o mundo melhor que ele poderia ser. Raciocinando desse modo é que entendemos que a ciência política, enquanto ciência objetiva, classifica e elabora generalizações e conceitos, prevê tendências e regularidades e possui potencial para propor novas teorias, reconduzindo assim, a política ao bem da coletividade.

É exatamente com a finalidade de reconduzir o bem da coletividade que, inicialmente, a política foi pensada pelos gregos de Atenas, passando, na modernidade e contemporaneidade, por estudos minuciosos feitos por pesquisadores que não abriram mão do rigor e da metodologia para qualificar o desenvolvimento político.

Então, de forma modesta, compartilho um material de estudo que pode ser, ao mesmo tempo, útil e um desafio aos estudantes que terão acesso a estas páginas cuja finalidade maior, neste século XXI, não é outra senão aprender a aprender com protagonismo. Afinal, o que realmente conta hoje é o que chamamos de ‘transferência de conhecimento’, priorizando a capacidade de aplicar o que se aprendeu em situações novas.





O material aqui apresentado tem o intuito de fornecer aos interessados uma clarificação contemporânea do significado real de ciência política neste início de século. Para tanto, faz-se uma rápida teorização de referenciais teóricos que balizaram o estudo da política em si em um dado percurso histórico, além de uma demonstração concreta da aplicabilidade desta ciência na realidade brasileira - no período de transição do regime militar das décadas de 60, 70 e 80 para uma tímida redemocratização dos anos 90 - e situações muito próximas do tempo presente como, por exemplo, o advento de perfis não políticos na política (outsiders), uma mudança fenomenal do judiciário e a interferência, tanto positiva quanto negativa, de grupos de pressão na agenda política nacional.

Por último, optou-se por não negligenciar uma problemática decisivamente polêmica da academia brasileira no que diz respeito à dicotomia 'impeachment de 2016' dentro de uma legalidade institucional e 'golpe parlamentar' ou 'ruptura institucional' dentro de uma manobra política orquestrada pela convergência de segmentos estratégicos do País como o Congresso Nacional, o aparelho repressor do Estado e a seletividade da grande imprensa brasileira.


Desejo uma boa leitura a todos!

# O que há de ciência na Ciência Política

Ciência política ou Análise política podem ser consideradas sinônimos uma vez que buscam resultados conjuntos. É comum compreender esta disciplina como um aprofundamento da política em si com o objetivo de avaliar academicamente a matriz dos diversos sistemas políticos e a grande pluralidade de organizações políticas existentes. A Ciência política serve-se de análises estruturais e conjunturais buscando clarificar o entendimento de todo e qualquer processo político. Em uma visão abrangente, a ciência política quer compreender o fenômeno do poder em todas as esferas. Como toda disciplina, a ciência política também tem sua arqueologia. Assim, o termo propriamente denominado 'ciência política' é creditado ao estudioso americano Herbert Baxter Adams, Professor de História da Universidade John Hopkins. (BOBBIO, 2002)

Mesmo considerando que o estudo de política tenha sido iniciado na tradição ocidental desde a Grécia antiga, em especial nas publicações de Platão e Aristóteles, a ciência política propriamente dita constituiu-se bastante tardia.

É consenso entre os estudiosos da área que, após o alicerce grego, ainda em uma modalidade mais idealista, uma primeira grande fundamentação dotada de cientificidade em bases objetivas ocorre com a efetiva contribuição de Nicolau Maquiavel e seus escritos "Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio" e "O Príncipe", em especial, em um contexto das repúblicas italianas, enfatizando em sua época a procura pela verdade efetiva das coisas.



Uma prerrogativa da ciência política é sua fidelidade ao caráter metodológico e o rigor da análise empírica projetando teorias que têm potencialidade de confirmação. Via de regra a temática ciência política tendo como horizonte de sua prática uma justa metodologia, não abrindo mão de uma coleta criteriosa de dados estatísticos e de métodos comparativos, disponibilidade de dados para reprodução e detalhada discussão conceitual. Assim, é recorrente considerar três diferentes abordagens metodológicas em seus objetos de estudo, a saber: uma política meramente descritiva ou propriamente empírica onde os estudiosos priorizam a coleta de dados objetivos e fenomenais, o que permite-lhes uma investigação pontual. Outra estratégia metodológica é o uso recorrente da teorização política pós-análise empírica. Neste caso, alguns estudiosos compreendem que apenas a análise descritiva é insuficiente para compreender o processo político e associam à descrição um caráter mais teórico de forma paradigmática. Por fim, é bastante comum a utilização do método comparativo onde se busca compreender similitudes e diferenças de fatos reais, considerando um contexto abrangente que implica na avaliação distinta de elementos históricos, culturais, sociais, econômicos, religiosos e regionais, averiguando, de forma mais abrangente, objetos e hipóteses de realidades particulares. (JARDIM PINTO, 1994).

Fazemos questão de, nestas primeiras linhas, evidenciar que a expressão ciência política deve ser usada em sua complexidade para indicar toda e qualquer investigação estrutural da arquitetura política, sem perder de vista a avaliação sempre criteriosa dos fenômenos políticos em análise.

Posto isto, vem a grande indagação deste escrito: o que há de ciência na política? A primeira resposta diz respeito a uma acepção contrária ao descompromisso de



uma opinião e crença, preferencialmente não dando margem para juízo de valor ou questões meramente ideológicas. Desse modo, ocupar-se cientificamente de política significa não vincular-se a axiomas e em juízos com base em dados imprecisos, mas claramente apoiar-se nas provas dos fatos. (BOBBIO, 2002).

A ciência política é, portanto, sem sobreposição, teoria e prática, descrição e análise dos sistemas e do comportamento político na relação que envolve Estado e Sociedade. Tentando evidenciar um estado de arte desta ciência, asseguramos que não se trata de pensar uma política imaginativa, mas sim, um real monitoramento da ação da política, ou seja, a ciência em questão costuma ter por ideal implícito o último estado da ação política, sempre atualizado com sondagens, estudos e comparações.

A palavra ciência sugere relação de causa e efeito dentro de algum padrão de previsibilidade. Todavia, nem sempre a ciência política identifica mecanismos causais nos inúmeros fenômenos políticos existentes.

Um aspecto que merece uma atenção especial está no fato de que a ciência política está ligada a uma orientação de estudos que se propõe aplicar a avaliação dos fenômenos políticos existentes nos limites do possível, ou seja, na medida em que o objeto permite. Não se quer inventar, imaginar, supor ou ainda conjecturar, não se propõe a estudar aquilo que deve ser, mas aquilo que é em sua inteireza.

Para facilitar seu entendimento, recomendo a breve leitura desta nota onde encontrará pareceres pontuais de excelentes cientistas políticos brasileiros. Acesse:

[Jornal NEXO: O que há de ciência na ciência política](#)


# A recepção da Ciência Política no Brasil

A recepção da ciência política no Brasil se fez de forma vanguardista entre os grupos mineiros e cariocas que, aos poucos, construíam uma identidade própria e uma demarcação de fontes e objetos de interesse mais distantes das Ciências Sociais protagonizadas pelos paulistas da USP.

O protagonismo de centros de excelência como o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e o Departamento de Ciência Política da UFMG, coordenados, respectivamente por lideranças acadêmicas nacionais da Ciência Política, a saber: Wanderlei Guilherme dos Santos e Fábio Wanderlei Reis, Simon Schwartzman, Bolívar Lamounier e José Murilo de Carvalho, marcaram gerações.

Uma coisa é clara. Se a ascensão das Ciências Sociais no Brasil teve forte contribuição europeia, não há dúvida alguma de que a gênese da Ciência Política teve forte influência do pensamento acadêmico norte-americano, sobretudo no período considerado 'estado de exceção'.

Nesse sentido, é factível afirmar que a hegemonia político-cultural americana no pós-64 é marcante em nosso país, confirmada pela forte presença de autores considerados brasilianistas ou especialistas do brasilianismo da época. Temos inúmeras fontes confiáveis que dão conta de uma sinergia entre o pensamento predominante do Regime Militar (1964-1985) com a inteligência política dos EUA. Não nos esqueçamos do MEC-USAID e das legislações educacionais que pautaram o pensamento nacional escolar brasileiro nas décadas de 1970 e 1980, a saber, as Leis Educacionais n. 4024 e n. 5692. (FORJAZ, 1997).

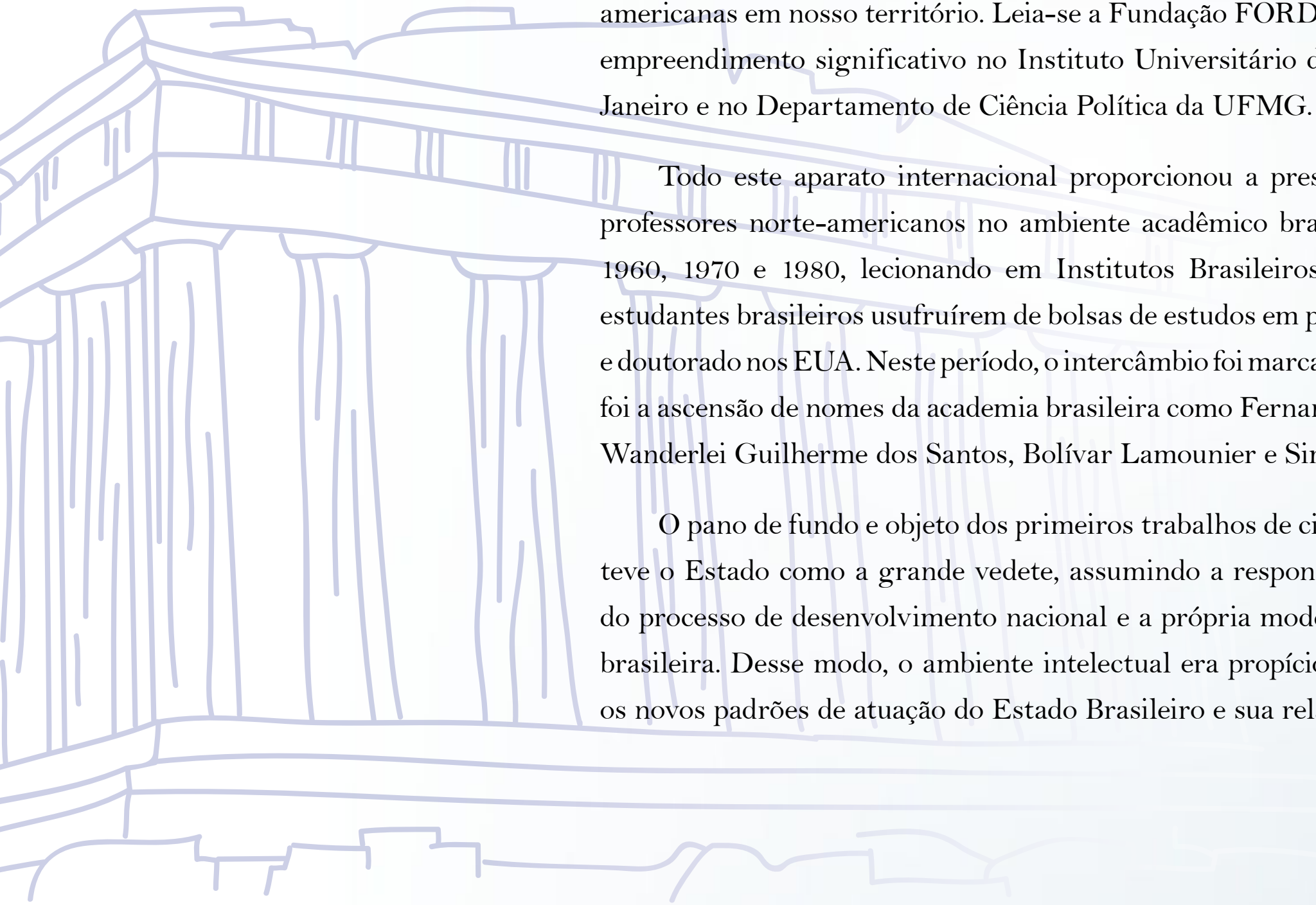


O processo de institucionalização, profissionalização, definição disciplinar e constituição de um respeitável elenco de produtos da ciência política ocorreu no Brasil ao longo dos últimos 40 anos. Mesmo assim, até os dias de hoje, a Ciência política brasileira tem o status de irmã caçula das Ciências Sociais. Isto se deve, em grande parte, pelo fato de que antes da constituição propriamente dita da Ciência Política no Brasil, entre 1930 e 1964, moldaram-se importantes centros produtores de ciências sociais, dentre os quais exerceram papel de destaque a Escola Sociológica Paulista e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).

Nestes Centros do Conhecimento, ainda expressivos na academia brasileira, predominou o legado europeu, em especial a escola sociológica francesa de E. Durkheim e, um pouco mais tarde, a formação marxista com uma produção significativa do maior sociólogo brasileiro, Florestan Fernandes, e seu assistente Fernando Henrique Cardoso, mais tarde eleito Senador e Presidente da República Brasileira. (FORJAZ, 1997).

Naquele contexto, com a consolidação das Ciências Sociais, houve pouco espaço para o florescimento da reflexão política de cunho acadêmico e com rigor científico. Este fato em si, ou seja, o grande legado das ciências sociais no Brasil, fruto de uma forte interlocução com o pensamento acadêmico europeu, explica a quase ausência da ciência política no velho continente.

Portanto, a institucionalização/consolidação da Ciência Política no Brasil esteve atrelada a um sistema de pós-graduação, financiada por agências governamentais oficiais como CNPq, FINEP, CAPES e FAPESP, ainda predominantes em nosso País.



Isto posto, não teríamos a maturidade da ciência política no Brasil se não tivesse ocorrido um forte investimento de agências internacionais norte-americanas em nosso território. Leia-se a Fundação FORD, por exemplo, com um empreendimento significativo no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro e no Departamento de Ciência Política da UFMG.

Todo este aparato internacional proporcionou a presença de intelectuais e professores norte-americanos no ambiente acadêmico brasileiro nas décadas de 1960, 1970 e 1980, lecionando em Institutos Brasileiros e, a possibilidade de estudantes brasileiros usufruírem de bolsas de estudos em programas de mestrado e doutorado nos EUA. Neste período, o intercâmbio foi marcante e o saldo resultante foi a ascensão de nomes da academia brasileira como Fernando Henrique Cardoso, Wanderlei Guilherme dos Santos, Bolívar Lamounier e Simon Schwartzman.

O pano de fundo e objeto dos primeiros trabalhos de ciência política no Brasil teve o Estado como a grande vedete, assumindo a responsabilidade de condutor do processo de desenvolvimento nacional e a própria modernização da sociedade brasileira. Desse modo, o ambiente intelectual era propício para se compreender os novos padrões de atuação do Estado Brasileiro e sua relação com a política.

Por outro lado, uma nova vertente de reflexão emergiu, ou seja, a ascensão do movimento estudantil contestatório enquanto instrumento de resistência em relação ao *modus operandis* do regime militar brasileiro. Essa abertura de possibilidades acadêmicas acelerou uma autossuficiência da ciência política brasileira, uma vez que, diferente de modelos anteriores (Estadocracia jurisdicção), a Ciência política aparece com um novo paradigma na produção de novos estudos políticos. (FORJAZ, 1997).

Para facilitar sua apreensão, recomendo que assista estes dois vídeos. Acesse:

Ciência Política no Brasil: história, conceitos e métodos



Ciência Política na contemporaneidade



# Ciência Política e sua fundamentação teórica

Não se pode pensar a ciência política sem antes considerar a relevância de filosofia política clássica da Grécia Antiga. A figura de Sócrates é emblemática na filosofia política, pois é com ele que esta ciência dará início a uma reflexão racional sobre o que podemos chamar de 'poder do poder' ou algo que explicita a dinâmica da dominação pelo alto, ou seja, sobre o poder da verdade que é verdadeira e da verdade que é apenas um simulacro. É como se fosse dito que o ser verdadeiro está no que aparece, mas o brilho da aparência o esconde e o deixa retraído. Para chegar a ele, importa que nossa sensibilidade ande pelos caminhos da aparência. Mesmo assim, é insuficiente, necessitando do salto do pensamento ou de uma crítica capilar. (WOLFF, 1982).

Nesta construção, destacamos que a reflexão sobre o poder adquiriu um sentido propriamente político, ou seja, o poder na Polis é colocado em suspeição e avaliação, ou seja, entre parênteses. Iniciava-se uma problematização pertinente no que diz respeito a quantos devem governar e como se deve governar.

O primeiro passo foi dado por Platão que em sua obra intitulada "A República" discute as formas de governo, apresentando com clareza o conceito de justiça e sua natureza para, em seguida, pensar o que seria a cidade justa. Imaginava filosoficamente a cidade ideal, Calípolis, descrita por meio do bom planejamento e da reflexão dos homens em que todos os problemas são cuidadosamente pensados, diagnosticados e, por fim, eliminados.

Diagnosticando a realidade de seu tempo, Platão apresentava o protótipo de um município ideal, onde as cidades convencionais eram tão somente sombras projetadas pelo ideal do mundo inteligível ou imaginável. (PLATÃO, 2006). Dito de outra forma, no entendimento de Platão, formas de governos populares eram degenerações sendo más todas as formas de governar que se distanciavam da virtude e do conhecimento, excetuando apenas a monarquia ou a aristocracia dos sábios.

Um aspecto que chama atenção nos escritos platônicos é sua repulsa à democracia onde tenta explicar que sua natureza é oriunda de uma degradação. Segundo Platão quando os ricos governam, entregam-se às mais diversas dissipações. Com isso, sem virtudes (equilíbrio) se esbaldam e tendem a empobrecer-se. Dessa forma, empobrecidos e inconformados com a situação, insuflam os pobres contra os ricos e, com tais distúrbios, a oligarquia degenera em democracia, onde a massa ou a maioria passa a governar.

Reflexões de intérpretes dão conta da convicção de que a filosofia política de Platão é antidemocrática e talvez mesmo elitista. Todavia, devem-se pensar seus escritos considerando o ambiente sofista e retórico da época. Diferentemente, a estratégia de Aristóteles é bem outra. Dá-nos uma visão da natureza da comunidade política em dois momentos complementares, a saber: dizendo o que ela é (a política) para depois explicar o que ela não é.

Segundo Aristóteles, os homens não formaram uma comunidade apenas pelo viver mas, mais que isso, pelo viver com qualidade [o bem viver] pois, se assim fosse, teríamos cidades de animais ou de homens que não são livres. Partindo do princípio de que a virtude é tudo, destaca que aquilo que é essencial aos homens é o

zelo da virtude, então, as comunidades humanas não podem ser simplesmente um amontoado heterogêneo de indivíduos. Dessa forma, busca qualificar a organização dando margem para uma cidade feliz.

Segundo Aristóteles, os homens não se associaram com vistas a formarem um grupo militar, nem para fazerem apenas trocas e ajudarem-se mutuamente. Para o filósofo, a cidade não pode ser apenas um agrupamento de organizações que visam à sobrevivência instintiva ou à produção tão somente de bens ou, ainda, às atividades de entretenimento e o conjunto de todas elas, simultaneamente. Sua tese é a proposição de que um homem nada é sem a sua cidade, mas que o fim da cidade não é um fim autônomo e sim a realização do indivíduo. A finalidade da Polis deduz-se da finalidade de seus membros e não o inverso. (WOLFF, 1999).

No advento da modernidade, o protagonismo da política enquanto política vem do pensador Florentino Maquiavel - *Niccolò di Bernardo dei Machiavelli* (1469 -1527). Em um contexto socioeconômico e cultural fragmentado com o declínio da hegemonia da Igreja Romana e pensando a partir da realidade dos vários Reinos da Itália, em particular de Florença, em uma atmosfera individualista e mercenária, propôs-se a pensar sobre a verdade efetiva das Repúblicas e Principados italianos. Aplicando sua experiência pessoal no correto diagnóstico da realidade política local e sua atuação nos bastidores do poder, de forma intervencionista, decidiu dar Conselhos a um Príncipe para que este fosse forte o suficiente para não cair, para manter-se no poder ou, ainda, para aumentar seu domínio. (MAQUIAVEL, 1973).



Proprietário de uma percepção política realista, Maquiavel recupera conceitos da antiguidade para requalificar a modernidade. É assim que rompe com conceitos cristãos em baixa na época e revigora imagens e significados de divindades romanas como as deusas *Virtú* e *Fortú*. Ao afastar-se do pensamento especulativo, ético e religioso, comuns à anterioridade de sua época [pensamento medieval], revitaliza conceitos da antiguidade visando modificar o presente.

*'Virtú'* expressa a habilidade e a qualidade do homem, capacitando-o a realizar, com ousadia, grandes obras e feitos enquanto que *Fortú* expressa o acaso, o curso da história, o destino cego, o fatalismo e a necessidade estrutural. Seu interesse maior é, considerando os dois *modus operandis*, enaltecer a força da *virtú* e seu ativismo político.

Ao escrever “O Príncipe”, em 1513, e os “Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio”, entre 1512-1517, o pensador Florentino propôs maneiras de conquistar/preservar o poder político por meio da *virtú* (energia, vigor), da *fortú* (armas alheias, destino), da perversidade (assalto, violência) ou, ainda, por meio do favor e aval dos cidadãos.

É fato que Maquiavel optou por priorizar as duas primeiras modalidades, segundo ele, quem quiser construir um Estado moderno e forte, necessita contar com, pelo menos, dois grandes fatores: a disposição e a circunstância. Em um primeiro momento requer-se liderança para empreender uma ação política, uma vez que o dirigente é aquele que consegue unificar forças sociais em torno de si através de uma articulação impecável.

É imprescindível ter coragem para realizar ações exigidas e necessárias, mesmo aquelas que desconsideram o senso moral do próprio Príncipe. Daí a defesa não de uma ética comum a todos, mas de uma particular, especial. Tentando evidenciar a complexidade do poder, explicita uma outra situação que precisa ser considerada sob pena da não obtenção de êxito e que, na maioria das vezes, é alheia à vontade individual. Trata-se das circunstâncias favoráveis. Deste modo, para Maquiavel, apenas um contexto benigno não é suficiente para garantir um resultado positivo, complementando que sem ele nada é possível. Em outras palavras, normalmente há condições objetivas que não podem ser negligenciadas e que têm potencialidade para bloquear a construção de um Estado forte e soberano (SINGER, 2006).

É assim que elogia o líder que sabe compreender as condições propícias para uma ação efetiva e vital. Para Maquiavel, as circunstâncias significam que a fortuna (a história, a natureza) ao sorrir para o líder, potencializa as ações deste. Sem a fortuna, ou seja, sem a estrutura, pouca coisa pode ser consolidada com êxito. Em uma visão dialética reconhece que, por outro lado, sem que aparecesse alguém com a *'virtú'*, com a força e a disposição para aproveitar o contexto e a boa estrutura, dificilmente o êxito aconteceria.

Duas grandes indagações são vitais para entender o cientista político florentino. Quantas expressões políticas não terão sido desperdiçadas por terem surgido em momentos e lugares históricos inapropriados? De outra parte, quantas perspectivas históricas não terão sido desperdiçadas pela ausência de dirigentes dotados de virtudes pontuais e adequadas a agir em uma conjuntura propícia? (SINGER, 2006).

A compreensão do desenho do Estado Moderno, em construção da modernidade nascente, foi motivo de um saudável debate entre dois outros nomes expressivos do pensamento moderno, Thomas Hobbes (1588 - 1679) e Baruch Spinoza (1632 -1677).

Enquanto Hobbes em seu 'Leviatã' e 'De cive' considerava como seu Estado ideal um modelo autocrático, como definidor de agenda, em forma de um contrato social que data ao Soberano toda a prerrogativa de impor um entendimento instituído, Spinoza, em sua obra '*Tratado Teológico-político*', advogava em favor de um modelo multípulo ou instituinte em permanente processo de construção pelos 'contratantes' e não unicamente pelo 'contratado', o Soberano. HOBBS (1993).

Fica bastante perceptível uma dinâmica diversa sobre o fundamento do Estado. Por um lado, o posicionamento Hobbesiano de uma concepção meramente jurídica e, de outro, um posicionamento Spinosiano de uma concepção histórico-antropológica.

Seguramente, a nascente modalidade de política materializada em uma estrutura definida por um estatuto mais concreto que transcendental se fazia presente nas implicações dos textos de Hobbes e Spinoza em uma dada sociedade europeia até o limite das revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII, em especial na Inglaterra e França.

Após o processo de mudanças institucionais proporcionadas pelo liberalismo econômico e político em uma nova ordem mundial, um estudioso da política que merece um registro pontual neste pequeno inventário é o nobre francês Alex de Tocqueville.

Herdeiro de uma nobreza vinculada à realeza declinante da França revolucionária, Tocqueville recebe a missão do novo governo francês de avaliar o sistema prisional americano e, oportunamente, propor reformas na estrutura prisional da França. Durante os nove meses em solo americano fica muito impressionado com a movimentação diferente da sociedade americana em relação às instituições políticas.

Em território americano percebe uma sociedade mais democrática com forte predominância de uma mobilidade social singular onde cada indivíduo parecia ter uma crença incomum em mudanças significativas nas organizações políticas. Inicia-se uma inevitável comparação com a realidade política europeia, mas aristocrática e conservadora. O resultado desta experiência em forma de relatório é a publicação de um livro laboratório intitulado *“A democracia na América”*, normalmente usado em cursos de história americana do século XIX e de teoria política moderna.

Em suas anotações, próprias de um cientista político, relatava liberdades individuais e de expressão e um forte associativismo em prol da coletividade. Impressionado pela eficácia do regime democrático americano, iniciou um estudo detalhado sobre a aristocracia política europeia e a manutenção, mesmo após a revolução francesa, de um antigo regime na França. (ARON, 2000).


Tocqueville, de formação aristocrática, reacionário, não ocultava seu temor e certa resistência diante um possível despotismo democrático. Por esta razão, tentou compreender costumes, sentimentos, comportamentos individuais e coletivos e experiências inéditas nos EUA que estabelecia uma forte relação entre religião e sentimento patriótico. (TOCQUEVILLE, 2005).

Desta forma, a embrionária ciência política avançava em direção a inúmeras comparações entre experiências europeias e americanas, ocidentais e orientais. Neste espaço, apresentamos a grande contribuição de um estudioso do aparato administrativo e partidário do Estado contemporâneo, a saber: Max Weber. Autor do livro 'Ciência e Política: duas vocações', propõe-se a compreender o poder em sua nova fase de manipulação, a estrutura partidária e a máquina administrativa tendo como pano de fundo o estatuto da violência enquanto mecanismo de coerção. (WEBER, 1997).

Seu livro é propriamente um dossiê sobre o aparelhamento da política e o monopólio de dirigentes profissionais podendo ser uma fonte permanente do sustento financeiro como uma nova forma de expressar fins ideológicos. Fica, por um lado, evidenciado em seus escritos um diagnóstico da profissionalização da política e, por outro, a possibilidade de preservação de um ideal da política enquanto vocação.

Compreendendo a realidade da segunda metade do século XIX, via no nascimento da burocracia e dos inúmeros processos administrativos um novo paradigma para o Estado moderno que passava a exigir uma preparação sem igual dos novos atores políticos. O poder passava a ser objeto de grande disputa empresarial.

Não há dúvida de que, no século XIX, diferente de outros séculos, foram desencadeadas transformações que alteram a vida em sociedade e, por esta razão, fez com que alguns estudiosos da época buscassem explicações racionais para um correto entendimento. Neste caso, a política passa a ser pensada como uma modalidade de esforços com o fim de ocupar o poder através da direção de um determinado agrupamento político.



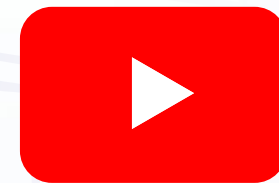
O Estado, na mesma intencionalidade, passa a ser compreendido como uma relação de dominação do homem sobre o homem, tendo como pano de fundo o uso da violência legítima, ou seja, autorizada pela aprovação da representatividade parlamentar. Max Weber, estudioso do poder, compreende, como poucos, os fundamentos da legitimidade do poder e as razões que justificam a dominação em si.

Didaticamente, Weber separou tipologias distintas de poder como o 'tradicional', o 'carismático' e o 'legal'. Desta forma, contempla a integralidade do poder em todas as suas dimensões, ou seja, o poder aristocrático da tradição, o poder ideológico da simbologia religiosa e o poder constitucional. Com clareza, faz o diagnóstico daqueles servidores que se submetem a este poder ao indicar o medo como o elemento facilitador da dominação. Assim, os membros da estrutura obedecem pelo medo da sanção ou pela esperança da recompensa e alguns benefícios. Deste modo, para Max Weber, o poder transcende no processo eleitoral, próprio da época. (WEBER, 1997)

Neste novo ambiente político, o loteamento de cargos e funções é alvo de inúmeras disputas partidárias que passam a dispor, cada vez mais, de um fisiologismo incontrolável e a fidelidade de militantes partidários.

Para facilitar seu entendimento, preparei dois vídeos com alcance didático que pode ser esclarecedor. Não deixe de assistir. Acesse:

Nascimento da Ciência Política e suas implicações



Fundamentos de Ciência e Filosofia Política



# A ciência política e a transição do regime militar para a redemocratização

## O caso brasileiro

Dentro da ciência política algumas problemáticas se fizeram mais necessárias que outras. É o caso emblemático da passagem de regimes autoritários para uma dinâmica política um pouco mais democrática. Dito de outra forma, a contribuição de cientistas políticos para o entendimento de democracias pós-autoritárias foi vital para a compreensão de instituições políticas vitais no tempo presente.

Pode-se dizer que vários países europeus e latinos passaram por este processo de transição. Em particular, Portugal, Espanha e Grécia, representativos do continente europeu e, Brasil, Argentina e Chile, representativos da América Latina. Nem todas as transições políticas foram bem sucedidas na sua inteireza. Compreendemos assim, transições consolidadas e outras ainda não plenamente consolidadas. Dois cientistas políticos renomados, desde a década de 1960, acompanham de perto movimentações de vários países europeus e latino-americanos tendo como horizonte uma análise pontual sobre a estrutura de regimes autoritários e sua passagem para Estados considerados mais democráticos ou propriamente democráticos. São eles, o espanhol nascido na Alemanha, Juan J. Linz, e o norte americano, Alfred Stepan.



A produção acadêmica e a quantidade de pesquisas relevantes destes dois estudiosos é algo incomum. São também conhecidos como 'brasilianistas', uma vez que se debruçaram sobre muitas fontes e documentos inéditos tendo como referência o Brasil, em especial, na análise criteriosa das ações do regime militar brasileiro e a posterior transição para um regime considerado parcialmente democrático.

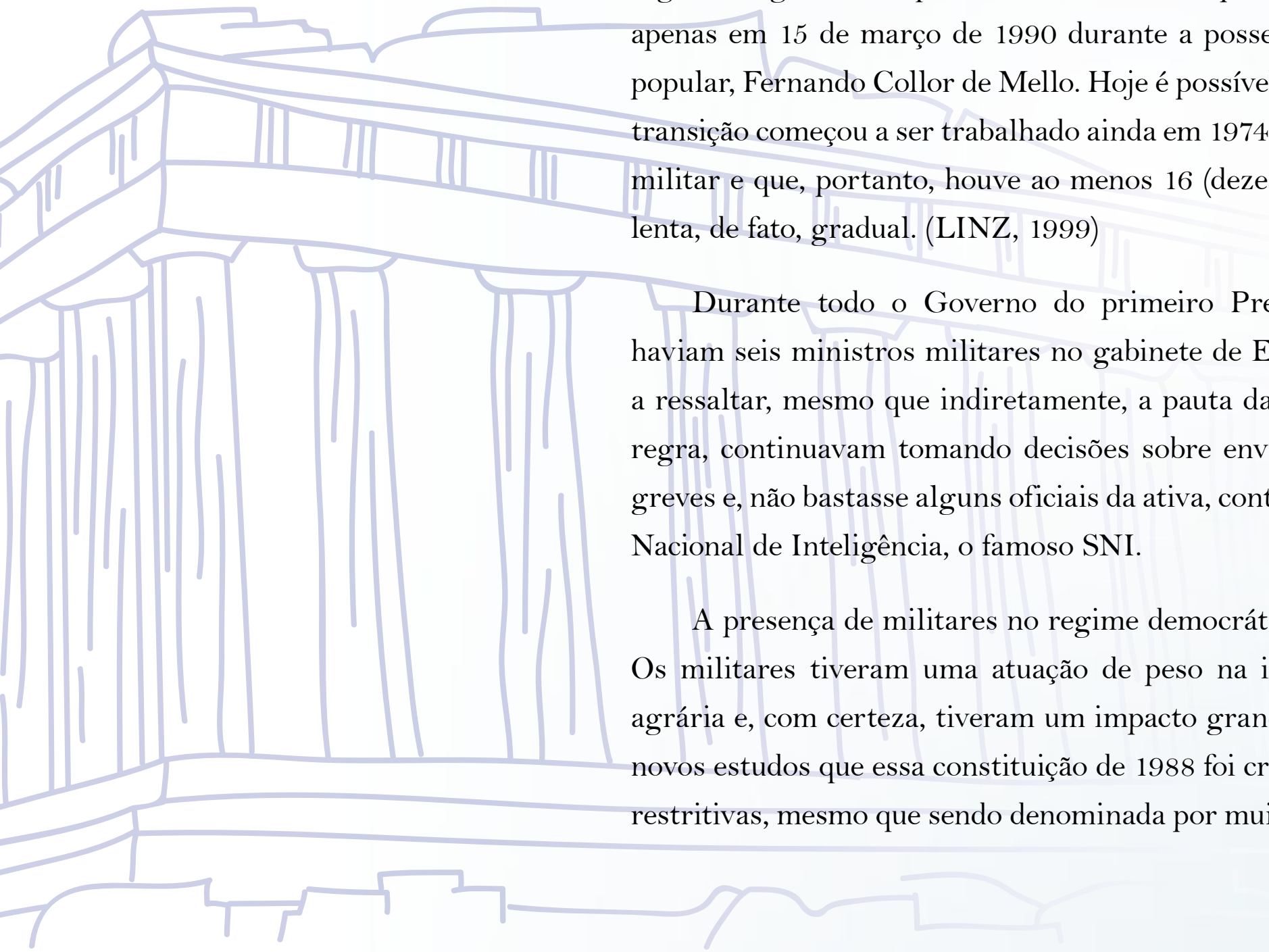
É importante esclarecer o sentido dado a brasilianistas. Brasilianismo é uma referência a estudos acadêmicos produzidos por estrangeiros tendo como norte nosso país. Eram pesquisadores, em sua maioria, norte-americanos ou com algum vínculo com este país que se interessaram em desvelar processos históricos sem o olhar da paixão ou da familiaridade, comuns em pesquisadores, historiadores ou cientistas políticos brasileiros. Normalmente, tais estudos eram financiados por organizações internacionais que tinham interesse em conhecer academicamente e cientificamente a realidade brasileira em todos os seus aspectos. Dada a relação diplomática que se fez presente entre EUA e Brasil no período de 1964-1979, fortemente militarista, um número expressivo de documentos deste período histórico estava em terras americanas, daí a facilidade de acesso a tais fontes confiáveis, colocando-os, muitas vezes, em posição de superioridade acadêmica em relação a pesquisadores brasileiros ou de outras nacionalidades. Tanto Linz quanto Stepan preenchiam requisitos de brasilianistas, uma vez que não investigaram apenas problemáticas brasileiras e, neste sentido, as contribuições dos autores foram significativas. O livro, produzido em duas mãos, intitulado 'A transição e consolidação da democracia: a experiência do sul da Europa e da América do Sul', marcou gerações de outros intelectuais e estudiosos da área.

Recentemente, milhões de brasileiros ensaiaram um apelo aos militares para que voltassem a ocupar o poder e estabelecessem, no entendimento desta grande maioria, uma real estabilidade política tão cara nos dias de hoje. Faço referência ao movimento grevista dos caminhoneiros e proprietários de transportadoras em maio de 2018 que atingiu um desabastecimento jamais visto no Brasil. Era comum em acampamentos de caminhoneiros e em simpatizantes do movimento, cartazes e mensagens suplicando pela intervenção militar.

Pois bem, Linz e Stepan, dois brasilianistas robustos da ciência política contemporânea afirmaram, no momento da reedição de seu livro em 1996, traduzido em língua portuguesa, que quase ninguém queria se identificar com a Ditadura Militar no Brasil nos dias de hoje e que, embora tenha desaparecido gradualmente, a ditadura militar foi e tem sido objeto de escárnio e de desprezo ou até mesmo de indiferença em uma clara ruptura entre o passado e o presente. Segundo os autores, o homem comum simplesmente não queria tocar no assunto.

Todavia, a pergunta que os pesquisadores faziam era: se, de fato isto fosse plenamente verdade, como explicar porque a ditadura não foi simplesmente derrotada? Como compreender a permanência de muitas lideranças no campo político de um regime democrático e a existência de inúmeros dispositivos e mecanismos de poder ainda preservados pela ditadura e para a ditadura? Concluía suas indagações com célebre questão: o que dizer da cultura política autoritária ainda reinante no Brasil dos anos 90? (LINZ, 1999)


No entendimento dos pesquisadores em questão, o Brasil teve mais dificuldade para consolidar sua democracia quando comparado a outros países, também objeto de estudos de Linz e Stepan, como Chile, Argentina e Uruguai, citando apenas os sul-americanos.



Linz e Stepan advogam a tese de que o regime militar e seus representantes iniciaram um complexo processo de busca de aliados na sociedade civil naquilo que foi chamado de liberalização controlada em uma dinâmica de concessões do regime e algumas conquistas da sociedade completando-se, com maior maturidade, apenas em 15 de março de 1990 durante a posse do Presidente eleito pelo voto popular, Fernando Collor de Mello. Hoje é possível compreender que o conceito de transição começou a ser trabalhado ainda em 1974 com Ernesto Geisel, Presidente militar e que, portanto, houve ao menos 16 (dezesesseis) anos de transição, de fato lenta, de fato, gradual. (LINZ, 1999)

Durante todo o Governo do primeiro Presidente Civil (1990 – 1995 ), haviam seis ministros militares no gabinete de Ernesto Geisel que continuavam a ressaltar, mesmo que indiretamente, a pauta da economia e da política. Via de regra, continuavam tomando decisões sobre enviar ou não tropas para debelar greves e, não bastasse alguns oficiais da ativa, continuavam no controle do Serviço Nacional de Inteligência, o famoso SNI.

A presença de militares no regime democrático continuou de outras formas. Os militares tiveram uma atuação de peso na imposição de limites à reforma agrária e, com certeza, tiveram um impacto grande a ponto de se reconhecer em novos estudos que essa constituição de 1988 foi criada em circunstâncias bastante restritivas, mesmo que sendo denominada por muitos como a ‘constituição cidadã’.



Um grande exemplo de intervenção militar na recém criada democracia foram as manobras habilmente executadas, com o aval do Presidente da República, buscando evitar o primeiro experimento latino-americano de parlamentarismo, sepultado pela articulação política com a subserviência de sociedade pouco esclarecida. O apoio de constituintes à tese parlamentarista era expressivo a ponto de 77 artigos da nova constituição, em construção na época, conter forte conotação parlamentar. No ano do plebiscito, 1993, muitos jornais denunciavam intervenção política do Presidente José Sarney em cooptar votos de Deputados Constituintes para reverter este novo encaminhamento político.

Portanto, a contribuição de Linz e Stepan está na assertiva de que nossa democracia não era tão democrática, sobretudo pela presença de ruídos autoritários e outros afins, daí as dificuldades inerentes à consolidação de uma democracia madura e necessária tão ausente no tempo presente.

Para um maior aprofundamento, recomendo uma breve leitura sobre o material abaixo.

[Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia](#)

# Tópicos Especiais de Ciência Política Neo-Contemporânea no Brasil

Nestas linhas, pretende-se propor uma análise mais próxima do tempo presente que caracterize um distanciamento da tradição política e a compreensão de novos fenômenos que têm grande potencialidade para interferir nos processos de escolha da política considerada neo-contemporânea no Brasil.

Considerando que vivemos em um período mais pós-estruturalista que propriamente estruturalista, o advento de novas modalidades de interferência nas decisões políticas merece uma atenção especial, um destaque. O ambiente é bastante propício para o que chamamos de uma passagem intermediária entre uma matriz político-jurídica tradicional para um ponto de vista mais comportamental dos indivíduos e de grupos que têm ação política.

Os novos processos de decisão, em seus muitos níveis, apresentam fenômenos em transformação permanente. Por esta razão, grupos de pressão, possibilidade de novos atores políticos (outsiders), experiências neopopulistas de cunho privado, sondagens de pesquisas eleitorais, motivação eleitoral e judicialização política merecem uma atenção especial de todos nós.

## Grupos de pressão

Os novos grupos de pressão, em ascensão em nosso país, marcam um novo processo de articulação e influência nos atores políticos institucionais, saindo de um estágio meramente contestatório ou de cunho social para atuar decisivamente no interior da arena política institucional.

Há, seguramente, um número expressivo de novas formas de pressão para pautar a opinião pública e seus direcionamentos, podendo ser implícitas ou explícitas, com constrangimento ou forte persuasão (convencimento).

A disputa é acirrada e, às vezes, tão eficiente quanto os bastidores da política oficial. Há quem defenda a tese de que vivemos em uma era de manifestações, com grande poder de manipulação em agendas pluripartidárias. (RESENDE, 2017).

O conceito de influência tem sido bastante desenvolvido pelos estudiosos contemporâneos de plantão, sobretudo se considerarmos as muitas distinções feitas entre os conceitos de força e de poder.

Talvez, por isto, o conceito de lobbying foi revigorado, assumindo hoje novas facetas como o processo o lobbying legítimo e necessário de organizações e entidades visando convencer, por meio de estudos técnicos e acadêmicos, a defesa de uma agenda sustentável e politicamente correta em eixos temáticos relacionados ao meio ambiente, direitos humanos, dentre outros. (RODRIGUES, 1982).

Via de regra, o termo lobbying, frequentemente usado como sinônimo de tráfico de influência, em sentido pejorativo, passa a ter um novo sentido pedagógico com objetivos mais coletivos que privatistas. Neste sentido, há infinitas possibilidades do uso legítimo de uma ação que visa benefícios públicos necessários em uma sociedade democrática.

Normalmente, o que se percebe hoje é que agentes políticos e gestores públicos são sistematicamente sensibilizados por uma complexa rede de interesses de variadas matrizes. É praxe que tais grupos de pressão venham fornecer, aos considerados tomadores de decisão, informações valiosas sobre algum eixo temático do seu interesse, fruto de estudos pormenorizados e avaliações criteriosas de grupos de pesquisa. Hoje, explicitamente, podemos citar, ao menos, quatro modalidades atuantes em nosso país. São assessorias de assuntos parlamentares; executivos empresariais de relações governamentais; entidades classistas e escritórios profissionais de consultoria. Dependendo da pauta e objeto de interesse, tais modalidades operam com maior ou menor eficiência.

Infelizmente, uma situação que tem causado enormes prejuízos ao patrimônio público diz respeito ao que chamamos hoje de lobbying público com aderência sobre Ministérios, Estatais, Autarquias e, principalmente, agências reguladoras com o fito propósito de assegurar direitos ou pleitear novos. Muitas empresas transnacionais e até mesmo nacionais lançam-se no lobbying institucional, com uma equipe de executivos qualitativos atuando de forma, muitas vezes, danosas ao erário público, atuando em departamentos de assuntos corporativos. Tal lobbying tem causado inúmeros prejuízos à esfera pública. O caso da JBS S.A – Indústria goiana de alimentos parece ser emblemático. (RESENDE, 2017).

É consenso entre as ONGs que o lobbying legítimo seja mais o adequado para a esfera pública na medida em que se utiliza do saber especializado para além de identificar pontos nevrálgicos que venham ao encontro dos interesses da sociedade brasileira. Eles buscam, diferentemente de outras modalidades, um pontual monitoramento das práticas parlamentares, monitoramento propriamente político, além de criar estratégias de ação com a possibilidade apresentar proposições ou até mesmo projetos de iniciativa popular. (RODRIGUES, 1992).

Ainda neste contexto de grupos de pressão encontramos inúmeras Frentes Parlamentares ocupando espaços cada vez maiores na esfera do Legislativo Federal. Em rápida visita a plataformas especializadas, é possível encontrar mecanismos que desempenham papel fundamental no processo decisório da disputa pelo poder em mais de 100 (cem) frentes parlamentares. São estruturas que tentam, a seu modo, romper com a barreira das estruturas institucionais em defesa de interesses específicos. Todavia, sabe-se que a proliferação de frentes parlamentares, de atividades mais formais que informais, difere da abertura e complexidade de grupos de pressão convencionais.

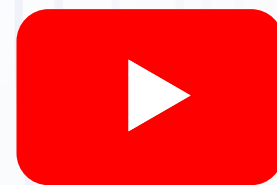
A definição de Frente Parlamentar se aproxima de associações suprapartidárias com o intuito de aprimorar a legislação sobre determinado segmento da sociedade, reunindo assinaturas de parlamentares afins, podendo utilizar espaço físico dentro do Congresso Nacional, inclusive em participação nas tribunas da Casa de Leis.



As Frentes Parlamentares podem também ser chamadas de Bancadas Parlamentares, sendo as principais: ruralista, sindicalista, evangélica, empresarial, bancada da saúde, bancada da educação, bancada dos meios de comunicação, dentre outras.

Para um maior aprofundamento desta problemática, recomendo:

O que é o famoso Lobby da política X Iniciativa popular



## O advento de outsiders na cena política

Em períodos de turbulência e instabilidade política, a ascensão de novos atores sociais na disputa político-eleitoral é tema recorrente na literatura da ciência política. Servindo-se do discurso econômico-financeiro de uma agenda reformista, elementos de fora do mundo da política convencional, denominados de ‘outsiders’, tentam alterar o desenho institucional. Alguns teóricos de porte como Tanaka (1999) e Cogollos (2012) buscaram explicações no seio da ciência política para uma compreensão capilar deste fenômeno em alta no século XXI.

A assertiva em denominá-los de ‘políticos independentes’ ou ‘neopopulistas’ parece convergir para um mesmo expediente. Com um discurso inovador de intervenção em crises institucionais e apagões econômicos buscam chegar ao poder com a promessa de atender, plenamente, as demandas de uma sociedade exigente, negligenciada por políticos tradicionais. Normalmente, esta categoria de novos agentes políticos surge em momentos de vazios políticos comuns e de incertezas e ceticismos. (SILVA JÚNIOR, 2012).

Nas eleições presidenciais de 1989, o Brasil testemunhou o primeiro expediente piloto com a emergência do então presidenciável Fernando Collor de Mello em situação assemelhada ao surgimento de Fujimori no Peru e Hugo Chaves na Venezuela. Foi, inicialmente, um primeiro presságio em expansão na América Latina que buscava a modernização da administração pública e uma rápida estabilização econômica.

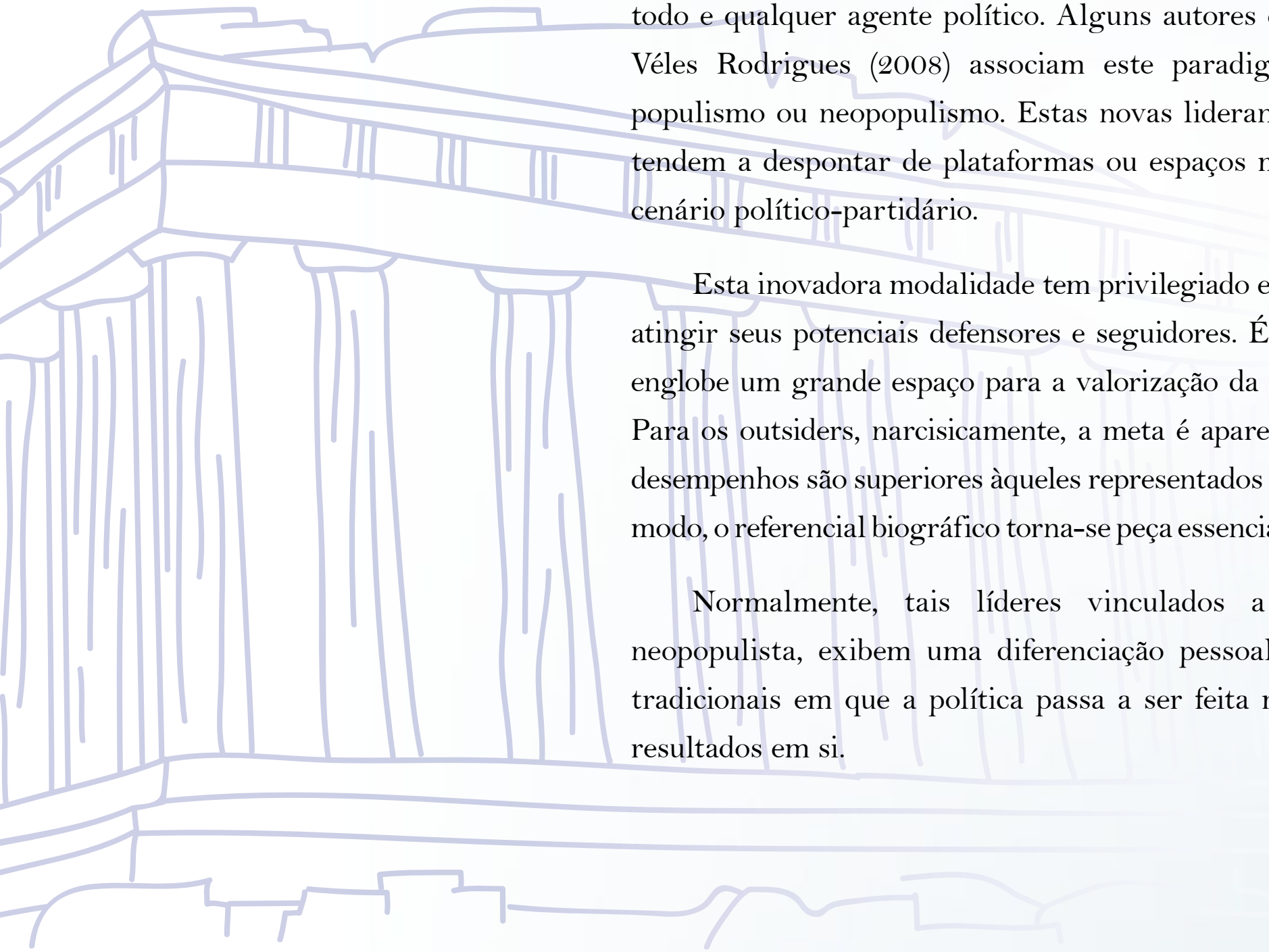
Neste caso, busca-se a justificação de possíveis medidas neoliberais com margens pequenas de eventuais benefícios coletivos e sociais em médio e longo prazo.

Em tempos hodiernos, até mesmo o ex-Presidente da República, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, advogou em defesa da causa da necessidade de renovar o quadro político nacional com não-políticos ou com personagens que destoassem da arena tradicional da vida pública. Neste caso em questão, FHC defendeu publicamente a introdução, na corrida presidencial do pleito de 2018, do apresentador de TV, Luciano Huck, nas fileiras de siglas centristas.

Portanto, a análise dos fenômenos políticos de nosso cotidiano que já passaram, em outra temporalidade, pelo também apresentador Silvio Santos, Bispo Edir Macedo, Pelé ou outro olimpiano qualquer, tem merecido uma atenção especial dos arautos de uma ciência política neo-contemporânea. São, portanto, 'outsiders' (perfis fora da política) - sujeitos que buscam a renovação da política em processo de desideologização ou, propriamente, a derrocada dos partidos políticos convencionais e depressão das oposições tradicionais. Em nome de uma nova personalização do poder, vê-se a ascensão de um discurso que tenta preencher o vazio deixado por instituições políticas pouco legítimas.

Neste processo, ocorre que, pela ausência de novas lideranças políticas em convergência com posturas neoliberalizantes, o eleitorado aspira por candidaturas eleitorais relacionadas com comunicadores de massa ou do futebol ou, ainda, protagonistas de grande visibilidade em atividades de entretenimento.

É comum, neste meio, o fortalecimento do discurso de criminalização da política ou a sua negativização. Este sentimento corriqueiro de ressaca da política, descrença ou desilusão está em expansão.



Já faz tempo que constatamos uma legião de cidadãos com horror à política. Auditórios do Brasil inteiro avaliam as muitas declarações de desencantamento a todo e qualquer agente político. Alguns autores como Conniff (2003) e Ricardo Véles Rodrigues (2008) associam este paradigma ao contexto de um novo populismo ou neopopulismo. Estas novas lideranças, denominadas de outsiders, tendem a despontar de plataformas ou espaços midiáticos não propriamente no cenário político-partidário.

Esta inovadora modalidade tem privilegiado expressões da esfera privada para atingir seus potenciais defensores e seguidores. É comum o discurso político que englobe um grande espaço para a valorização da vida privada e sua meritocracia. Para os outsiders, narcisicamente, a meta é aparentar à sociedade geral que seus desempenhos são superiores àqueles representados pela política convencional. Deste modo, o referencial biográfico torna-se peça essencial nesta nova engenharia política.

Normalmente, tais líderes vinculados a estratégias de comunicação neopopulista, exibem uma diferenciação pessoal em comparação aos políticos tradicionais em que a política passa a ser feita mais com imagens do que com resultados em si.

Dando sequência à sua reflexão, recomendo que assista estes dois vídeos esclarecedores. Veja:

Mais de 50% do eleitorado considera votar em “outsiders” em 2018



Outsiders na política e a teoria de Raskólnikov



## A judicialização da política: O caso do STF brasileiro

Muito embora estudiosos da ciência política brasileira ainda não se debrucem decisivamente sobre o papel do judiciário na cena política nacional já é possível ler alguns trabalhos que atestam expressões como judicialização da política, partidarização da justiça, seletividade do judiciário, mobilização social judicializada e, até mesmo, militarização da política. O fato é que esta problemática tem merecido uma atenção muito especial de analistas políticos e, sem dúvida alguma, começou a ganhar corpo no início de 2017 em plena expansão da operação lava-jato em nosso País.

Em final de dezembro de 2016, o filósofo da Unicamp Marcos Nobre, anunciava, em uma entrevista concedida ao Jornal espanhol El País que, “em 2017, o sentimento de insatisfação poderia virar contra o STF”. De fato, a suposição de Marcos pareceu se concretizar com um profundo desgaste da alta corte brasileira. Cientistas políticos que, diuturnamente, avaliam o atual momento da política nacional começam a dar crédito a conceitos que explicam, simultaneamente, uma forte politização da justiça, tendo o judiciário como um dos principais agentes políticos do momento.

Hoje, mais do que nunca, o STF (Supremo Tribunal Federal) brasileiro encontra-se em uma posição bastante elitizada, ao mesmo tempo jurídica e política. Sabemos que o STF é o órgão judicial guardião da Constituição Federal, sendo,

na verdade, um órgão de terceira instância. Portanto, superior a tribunais de primeira e segunda instâncias e que, nos últimos anos, tem se destacado por criar súmulas vinculantes, ou seja, decisões do STF em algumas temáticas que acabam se tornando verdades sacralizadas e com força normativa (BARROSO, 2012).

As nomeações para os Ministros da Corte, mesmo pautadas em critérios constitucionais, consideram o que se diz por 'notório saber jurídico', 'reputação ilibada' mas, é consenso entre os cientistas políticos, que se dá por escolha profundamente política, passando pela indicação do Presidente da República e pelo aval do Senado Federal.

Não é de hoje que o Judiciário tem adquirido maior notoriedade e papel decisivo em instâncias políticas nacionais. Afinal, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, este processo de poder vem, gradativamente, aumentando em escala vertiginosa. Deste modo, muitos conflitos políticos e sociais passaram a ser objeto de deliberação desta instituição em objeto de decisão final.

O processo de judicialização no país, em curso, encontra substância no artigo 102 da Constituição e sua regulamentação posterior, ampliando enormemente a densidade desta categoria judiciária que pode advogar inconstitucionalidades. O volume de processos que chegam ao STF para o veredicto definidor de sentenças é algo extraordinário e tem como pauta a vida política e social do país. A mesma constituição que permitiu esta sobreposição do judiciário em várias instâncias não alterou a estrutura de privilégios e recursos do Judiciário brasileiro. (CASTRO, 1996).

Este novo ativismo judicial é fruto de uma grande disposição de profissionais do judiciário em expandir sua esfera de atuação política e social que antes era reservada apenas aos poderes formais do executivo e legislativo. (FILHO, 2010).

Este desfecho faz parte de um novo significado cultural e de determinação do papel institucional do Judiciário, não sem polêmicas e contrariedades por parte de outras esferas governamentais.

Para facilitar sua apreensão sobre os conteúdos problematizados neste breve capítulo recomendo que assista estes dois vídeos.

Seminário Brasil, brasis: A Judicialização da política



Judicialização da política, por Boaventura de Sousa Santos





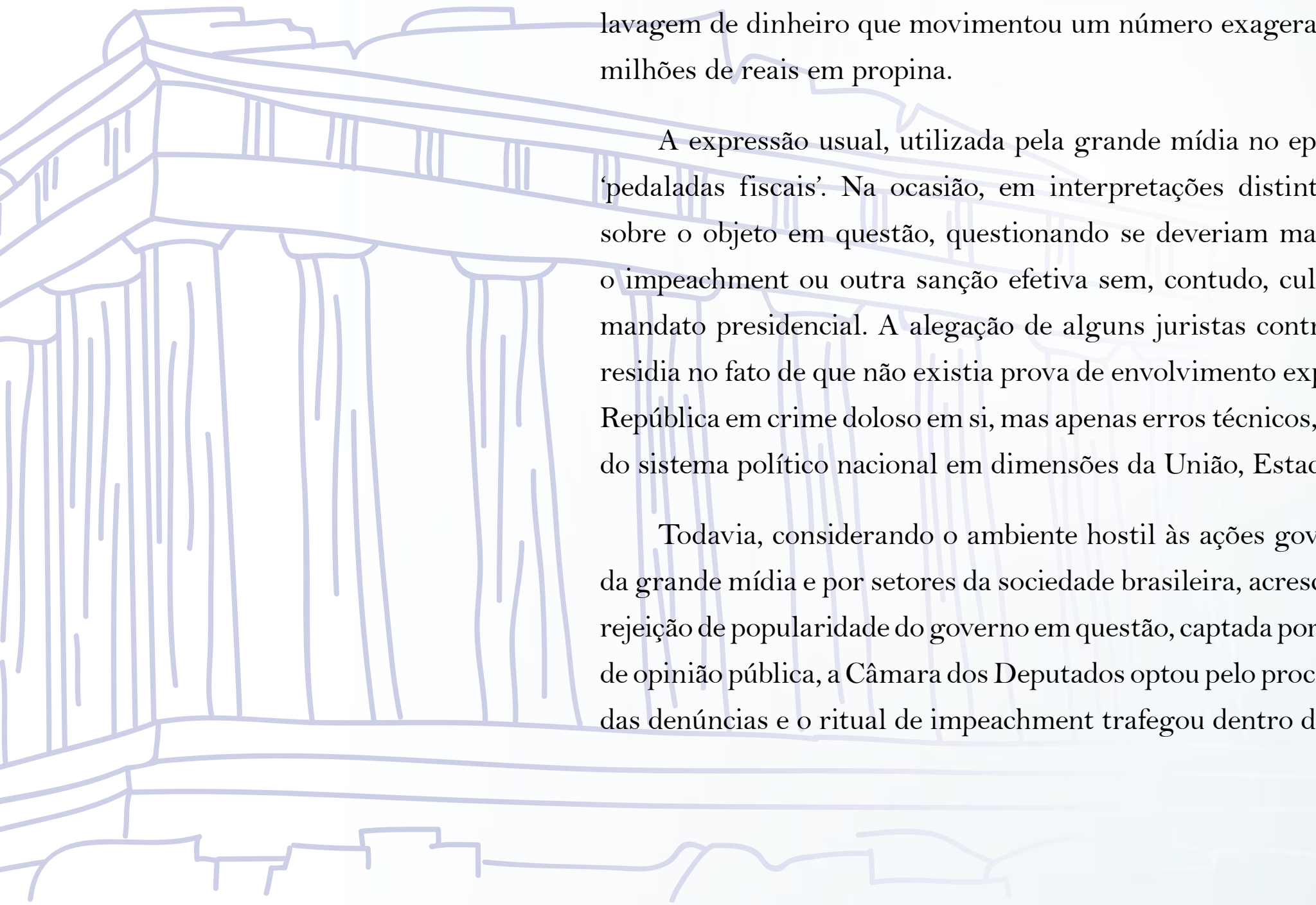
# Ciência Política e a polêmica na atualidade

## o caso do golpe e/ou da ruptura institucional

Independente de versões e interpretações ideológicas sobre o processo de impeachment da então Presidente da República, Dilma Roussef em 2016, o fato é que este acontecimento alterou significativamente o processo político, econômico e social do Brasil. Uma nota explicativa parece ser importante para clarificar este fato político de grande relevância para a história política do país.

Sabe-se que o *impeachment* de Dilma Roussef consistiu em uma questão processual com intuito de julgar denúncia por crime de responsabilidade oferecida pelo Procurador de Justiça aposentado, Hélio Bicudo e pelos advogados Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal em um momento de profundo desgaste governamental e crise política iniciada desde a posse do segundo mandato da Presidente da República, patrocinados pelo ambiente político tenso das suspeitas de envolvimento do governo em atos de corrupção na estatal Petrobrás.

As acusações, embora de caráter mais técnico que propriamente nocivo à idoneidade da Presidente da República, versavam sobre o desrespeito à lei orçamentária e à lei de improbidade administrativa infringida pela Presidente em questão, tendo como pano de fundo a hipótese de suspeitas de envolvimento da recém instalada 'operação lava jato', nome dado ao conjunto de investigações, ainda



em trâmite, pela Polícia Federal do Brasil que cumpriu centenas de ações jurídicas em forma de mandados de busca e apreensão, de prisão temporária, de prisão preventiva e de condução coercitiva, com a finalidade de apurar um esquema de lavagem de dinheiro que movimentou um número exageradamente expressivo de milhões de reais em propina.

A expressão usual, utilizada pela grande mídia no episódio, teve o nome de 'pedaladas fiscais'. Na ocasião, em interpretações distintas, juristas divergiam sobre o objeto em questão, questionando se deveriam materializar em processo o impeachment ou outra sanção efetiva sem, contudo, culminar com a perda de mandato presidencial. A alegação de alguns juristas contrários ao impeachment residia no fato de que não existia prova de envolvimento explícito da Presidente da República em crime doloso em si, mas apenas erros técnicos, comuns na engenharia do sistema político nacional em dimensões da União, Estado e Municípios.

Todavia, considerando o ambiente hostil às ações governamentais por parte da grande mídia e por setores da sociedade brasileira, acrescido de uma estrondosa rejeição de popularidade do governo em questão, captada por institutos de pesquisas de opinião pública, a Câmara dos Deputados optou pelo processo de admissibilidade das denúncias e o ritual de impeachment trafegou dentro dos prazos constituídos.

Não podemos desconsiderar que, em grande parte, tais acontecimentos foram motivados pela grande tensão eleitoral oriunda das eleições presidenciais de novembro de 2014, resultando na vitória apertada, em segundo turno, da candidata petista Dilma Roussef sobre o tucano Aécio Neves em um expressivo debate de posições ideológicas distintas que teria dividido o país em preferências partidárias, causando sequelas políticas e ideológicas até hoje não cicatrizadas.

Cientistas políticos de plantão consideravam ainda como elemento a ser ponderado nesta fermentação política, as milhares de manifestações de rua favoráveis e desfavoráveis ao impedimento da Presidente, além do fenômeno de manifestações antecedidas pela explosão dos famosos protestos no Brasil em 2013, também denominadas de Manifestações dos 20 centavos, manifestações de Junho ou ainda batizadas pela sociologia política de jornadas de Junho. A conjuntura política, portanto, era bastante complexa e merecia uma atenção pontual da ciência política vigente.

A compreensão do artefato político, enquanto laboratório, fez surgir uma variedade grande de pareceres de cientistas políticos que dividiam a tarefa de compreender analiticamente os acontecimentos e seus impactos na estrutura política brasileira. O número de produções acadêmicas, dossiês e escritos jornalísticos foi expressivo.

Neste primeiro momento, cumpre-nos aqui relatar que o veredicto jurídico formal resultou na condenação da Presidente da República e posterior afastamento com 367 votos favoráveis e 137 contrários na Câmara dos Deputados e, no Senado Federal, 61 votos favoráveis e 20 contrários ao impedimento.

O que interessa, nestas linhas, é a avaliação da ciência política sobre o resultado final e a discussão acadêmica sobre a dicotomia implantada imediatamente à concretização do ritual do afastamento, em caráter simbólico e representativo, nas expressões ‘golpe de 2016 - O golpe jurídico/midiático/parlamentar’ ou ‘impeachment político de 2016’.

Ainda hoje, no tempo em que escrevo, Institutos Superiores e Cursos de Pós-Graduação continuam a debater, sob a forma de cursos formais e informais, as consequências políticas deste grande evento histórico, reavivando a polêmica em torno da interpretação e entendimento deste fato político que conduziu o vice-Presidente ao comando do País, culminando em alterações significativas na gestão presidencial e encaminhamentos governamentais de grande impacto na sociedade brasileira.

A divulgação feita por estes Institutos Superiores e programas de graduação e Pós-Graduação de cursos formais com a denominação: “O golpe de 2016 e o futuro da democracia do Brasil” também causou grande polêmica.

A grande questão, a ser problematizada aqui, é que um dos cursos de ciência política mais referendado do País assumiu a paternidade do referido curso com o aval de especialistas da área. Trata-se do curso de ciência política da UnB de Brasília, com conteúdos explícitos que dizem respeito à ruptura democrática e agenda de retrocessos e ascensão de parafascismos no país. Faz parte das discussões acadêmicas uma revisão de literatura do golpe militar de 1964, avançando para o entendimento objetivo do período de redemocratização e sua abertura política, bem como uma análise epistemológica da constituinte de 1988 até chegar ao governo, considerado popular, de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003.

Alguns conteúdos neo-contemporâneos fazem parte da grade curricular como, por exemplo, o impacto das jornadas de junho de 2013 além da avaliação dialética das eleições de 2014 e sua análise discursiva. O curso ainda não desconsidera o advento da militarização da política e do estudo pontual sobre as metamorfoses do judiciário brasileiro e suas implicações e encaminhamentos para o retorno do Estado de direito, temas recorrentes da ciência política do tempo presente, entre pesquisas formais, artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado.

Os informes acadêmicos davam conta de abordar três grandes temáticas que giravam em torno do afastamento da Presidente Dilma, a saber: a fragilidade do sistema político vigente; as ações do novo governo entrante e sua agenda conservadora e, por fim, as consequências da crise política.

Os questionamentos e críticas às realizações de tais cursos, proliferados por todo o Brasil, se prendiam à ausência do rigor científico aproximando-se de dogmatismos, ortodoxismos ideológicos e partidarismos com a utilização de recursos públicos apontando para uma improbidade administrativa. O Próprio Ministério de Educação e Cultura manifestou-se contrário à realização dos cursos em nota oficial alegando que o curso realizado na UnB (Universidade Federal de Brasília) “traz indicativos claros de uso de toda uma estrutura acadêmica, custeada por todos os brasileiros com recursos públicos, para benefício político e ideológico de determinado segmento partidário”, exigindo que os órgãos competentes como a Advocacia-Geral da União (AGU), o Tribunal de Contas da União (TCU), a Controladoria-Geral da União (CGU) e o Ministério Público Federal (MPF) apurassem o escândalo de improbidade administrativa por parte dos responsáveis.

Na ocasião, a UnB esclareceu que a política universitária prevê que cada departamento tem autossuficiência para construir disciplinas e ementas, ressaltando o estatuto da autonomia universitária e o fato de que os alunos não eram obrigados a matricular-se na referida disciplina sendo, de fato, uma opção facultativa dentro do Estado de direito.

A dicotomia 'impeachment' e 'golpe' parece ainda reverberar muitas discussões. Alguns cientistas políticos que se ocuparam da tarefa de problematizar este evento singular da política nacional denominaram-no de 'ruptura institucional'. Outros, mais orgânicos com o chão democrático rotularam-no de 'manobra política'. O fato é que a ciência política brasileira foi surpreendida com as ações intempestivas de segmentos convergentes como o Congresso Nacional, o aparelho repressivo do Estado [a Polícia, o Ministério Público e o Judiciário] e seletividade da grande mídia nacional em uma clara exclusão comunicacional em favor do discurso de impeachment, atingindo estruturalmente a pseudo solidez institucional do País.

A grande imprensa brasileira, de forma padronizada, homologou a tese da legalidade do processo em si em uma versão divergente daquela anunciada pelos organismos multinacionais e pela própria imprensa internacional.

É fundamental destacar aqui que os poderes e as instituições formais passam, universalmente, por um processo fenomenal de deslegitimação onde, gradativamente, os poderes formais, outrora legitimados, passam a perder a consciência de legitimidade (AGAMBEN, 2015).

O hiato entre legalidade e legitimidade tende a aumentar. Dito de outra forma, não assistimos no tempo presente a convergência entre dois conceitos imprescindíveis ao estatuto da humanidade, a saber: legalidade e legitimidade. Dificilmente os regimes democráticos vigentes resistirão se não houver a comunicabilidade dos dois vitais princípios de toda e qualquer organização, ou seja, a interlocução entre legalidade e legitimidade.

Para ilustrar algumas questões aqui arroladas, sugiro que você assista esta breve entrevista do Ministro do STF Luís Roberto Barroso. Acesse:

Ministro Barroso do STF: Impeachment é golpe ou não?

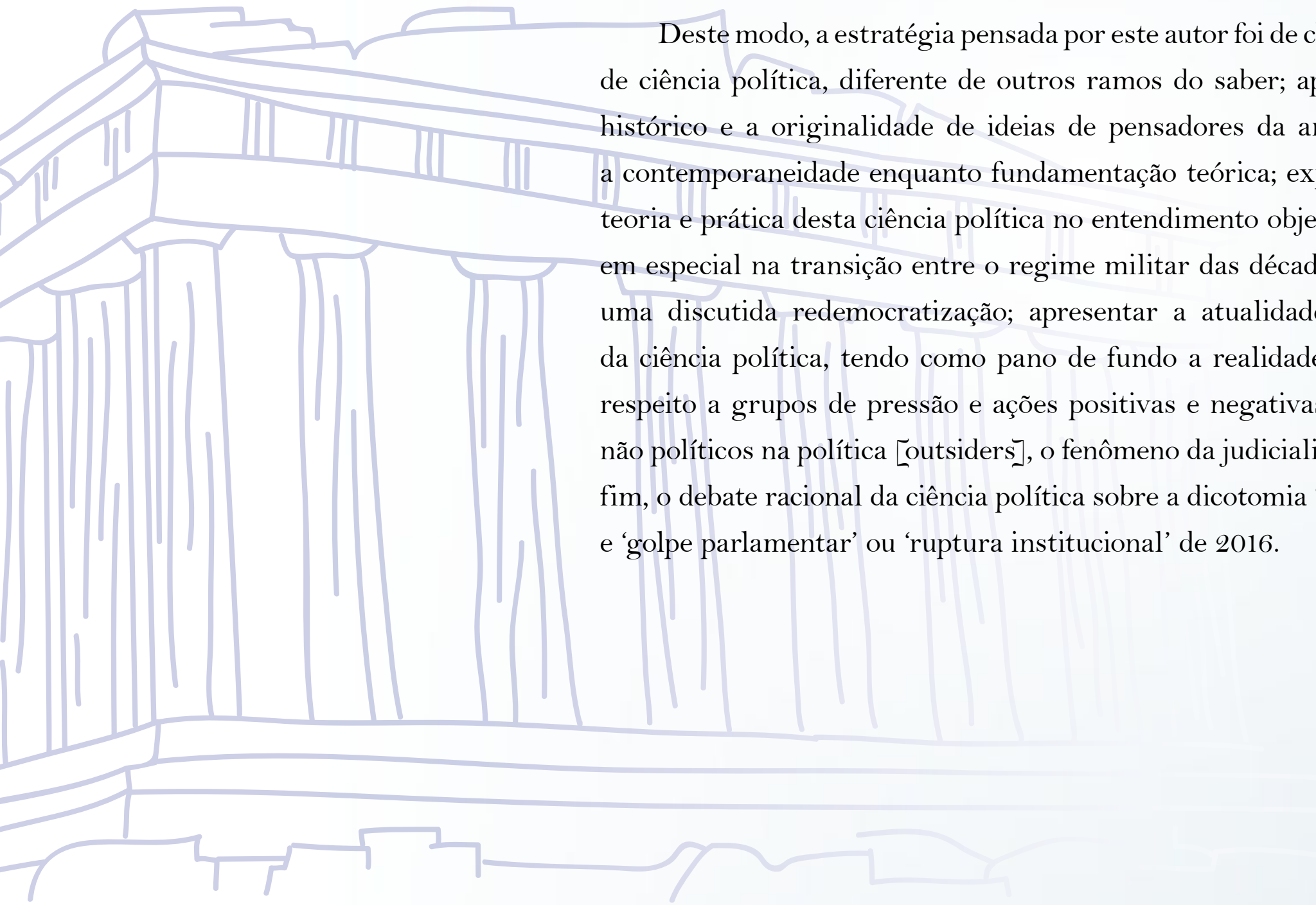


## Considerações finais

O presente e-book visou, única e exclusivamente, ser um instrumento de estudo para aqueles que entendem que o esclarecimento e o correto diagnóstico da realidade sistêmica podem ser fundamentais para atenuar o fosso que separa política e poder no tempo presente e contribuir para o desenvolvimento político, econômico e social de uma dada realidade.

O pano de fundo das linhas apresentadas considerou a máxima de não ignorar que, em ciência política, deve-se, prioritariamente, buscar uma ação política pautada no conhecimento científico não ficando à deriva de meras conjecturas ou apelos ideológicos de qualquer natureza em um debate aberto e pluralista. Assim, defendemos aqui a imprescindibilidade da ciência política como alavanca indispensável para que o sentido das nossas ações sejam potencializadas, examinando significados históricos e as condições da atualidade e, ao mesmo tempo, contribuindo decisivamente para a formação de uma sociedade um pouco mais justa.





Deste modo, a estratégia pensada por este autor foi de clarificar o real conceito de ciência política, diferente de outros ramos do saber; apresentar um percurso histórico e a originalidade de ideias de pensadores da antiguidade clássica até a contemporaneidade enquanto fundamentação teórica; explicitar a relação entre teoria e prática desta ciência política no entendimento objetivo do caso brasileiro, em especial na transição entre o regime militar das décadas de 60, 70 e 80 para uma discutida redemocratização; apresentar a atualidade de tópicos especiais da ciência política, tendo como pano de fundo a realidade brasileira no que diz respeito a grupos de pressão e ações positivas e negativas, a ascensão de perfis não políticos na política [outsiders], o fenômeno da judicialização da política e, por fim, o debate racional da ciência política sobre a dicotomia ‘impeachment’ de 2016 e ‘golpe parlamentar’ ou ‘ruptura institucional’ de 2016.

# Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. O mistério do mal: Bento XVI e o fim dos tempos. Tradução: Silvana de Gaspari e Patrícia Peterle, ed. 1ª. São Paulo: Editora Boitempo, 2015.

ARON, R. *As etapas do pensamento sociológico: Alexis Tocqueville*. São Paulo. Martins Fontes, 2000.

BARROSO, Luis Roberto. Judicialização, Ativismo Judicial e Legitimidade. Disponível em <http://www.oab.org.br/editora/revista/users/revista/1235066670174218181901.pdf> < acesso em 07 de junho de 2018.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Tradução de João Ferreira. Dicionário de Política, ed. 12. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

CASTRO, Marcus Faro. O Supremo Tribunal Federal e a judicialização da política. Acesso pelo link <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/20-encontro-anual-da-anpocs/gt-19/gt03-5/5342-mfaro-o-supremo/file>. Disponível em 07 de junho de 2018.

COGOLLOS, S. M. “La popularización de los líderes outsiders en América Latina, como respuesta a La crisis democrática de la región: un estudio del caso peruano”, In: Revista de Ciencia Política: de la Ciudad de Buenos Aires a la Aldea Global. Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Vol. 5 No. 15, (Mar. 2012). 2012.

CONNIFF, Michael L. Neo-Populismo en América Latina. La década de los 90 y después. Revista de Ciência Política, 23(1), PP. 31-38.

FILHO, José dos Santos Carvalho, Ativismo Judicial e Política, Revista Jurídica Consulex. Seção Ciência Jurídica em Foco. Edição 307, de 30/10/2010.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. A emergência da Ciência Política no Brasil. Rev. bras. Ci. Soc. vol. 12 n. 35 São Paulo Feb. 1997

HOBBS, Thomas. De Cive. Trad. de Ingeborg Soler. Petrópolis: Vozes, 1993.

JARDIM PINTO, Célia Regina. A ciência política na atualidade. Revista anos 90. Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, vol. 2, n.2, 1994.

LINZ, Juan J., STEPAN, Alfred. A transição e a consolidação da democracia: a experiência do sul da Europa e da América do sul. SP: Paz e Terra, 1999. p. 203.

MAQUIAVEL, Nicolau. Discorsi. Brasília, UNB, 1994. Discursos sobre a primeira década de

\_\_\_\_\_. Príncipe. São Paulo: Abril, 1973. (Os Pensadores).

PLATÃO. República. Tradução de Anna Lia de Almeida Prado. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

RODRIGUES, Leda B. Grupos de pressão e grupos de interesse. Curso de Introdução à Ciência Política, Unidade VI. Brasília: Ed. UnB, 1982.

RODRÍGUES, Ricardo Vélez. Neopopulismo: uma realidade latino-americana. Ibérica-Revista Interdisciplinar de Estudos Ibéricos-americanos, 8, 2008.

SILVA JÚNIOR, José Alexandre; FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto; ROCHA, Enivaldo Carvalho; PARANHOS, Ranulfo. Outsiders e regimes democráticos. Os casos do Brasil, Peru e Venezuela. Revista Estudos Políticos, Campina Grande, vol.1. n. 2, 2012.

SINGER, André in Maquiavel e o liberalismo: a necessidade da República in Filosofia política moderna: de Hobbes a Marx / compilado por Atilio A. Boron - 1a ed. - Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO; San Pablo: Depto. De Ciência Política - FFLCH - Universidade de São Paulo, 2006.

SPINOSA, Bento de. Tratado Teológico-Político. Trad. de Diogo Pires Aurélio. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TANAKA, M. Los Sistema de Partidos en Los Partidos en los Países Andino 1980-2005: Reformismo Institucional, Autoritarismos Competitivos y Los Desafíos Actuales. Working Paper

TOCQUEVILLE, Alexis de. A Democracia na América: Leis e Costumes de Certas Leis e Certos Costumes Políticos que Foram Naturalmente Sugeridos aos Americanos por seu Estado Social Democrático. Tradução Eduardo Brandão. Prefácio, Bibliografia e Cronologia François Furet. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Livro 1 – Leis e Costumes).

\_\_\_\_\_. A Democracia na América: Sentimentos e Opiniões de uma Profusão de Sentimentos e Opiniões que o Estado Social Democrático fez nascer entre os Americanos. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Livro 2 – Sentimentos e Opiniões).

WEBER, Max. Ciência e política duas vocações. Cultrix, SP, 1997

WOLFF, Francis. A política de Aristóteles. São Paulo: Discurso, 1999.

\_\_\_\_\_. Sócrates. Coleção Encanto radical. Brasília: Editora Brasiliense, 1982.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE DO PARANÁ  
- UNICENTRO**

**NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - NEAD  
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - UAB**

Prof. Ms. Cleverson Fernando Salache  
**Coordenador Geral Curso**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Aparecida Crissi Knuppel  
**Coordenadora Geral NEAD / Coordenadora Administrativa do Curso**

Prof. Ms. Ari Schwans  
**Coordenador de Tutoria**

Prof. Dr. Luciano Lima  
**Coordenador Regional**

Prof<sup>o</sup>. Ms. Arildo Ferreira  
**Coordenador Regional**

Prof. Ms. Marcel Klososky  
**Coordenador Regional**

Prof. Ms<sup>a</sup>. Marta Clediane Rodrigues Anciutti  
**Coordenadora de Programas e Projetos / Coordenadora Pedagógica**

Rodolfo Neto  
**Design educacional**

Espencer Gandra  
Murilo Holubovski  
**Designers Gráfico**

Dominic Whittle / Noun Project  
Freepik / Freepik  
Photoroyalty / Freepik  
**Elementos gráficos**